

**ANEXO I –
TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA
LICITAÇÃO**

CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ALTO SERTÃO – CDS ALTO SERTÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A contratação tem por objeto a prestação de serviços comuns de engenharia, padronizáveis, destinados à manutenção, conservação e reabilitação funcional de pavimentos asfálticos, no âmbito dos Municípios integrantes do Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Alto Sertão – CDS Alto Sertão, a serem executados sob demanda, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme condições, quantitativos estimados e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

1.1.1. A modelagem adotada é coerente com o ETP do CDS Alto Sertão, que enquadra o objeto como serviço comum de engenharia, com execução regional, item único, preços unitários e fornecimento dos insumos estratégicos diretamente pelo Consórcio.

1.1.1.1. A presente licitação abrange exclusivamente os serviços de engenharia, a mão de obra, a mobilização, a operação e a disponibilidade de equipamentos, permanecendo fora do escopo econômico da licitação os insumos estratégicos da solução, os quais serão disponibilizados diretamente pelo Consórcio, quando assim previsto no Termo de Referência, nas Ordens de Serviço e nos anexos de suprimento.

1.1.1.2. Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços e para a futura formalização das contratações dela decorrentes, a adjudicatária deverá comprovar a disponibilidade de empreendimento ambientalmente regularizado, mediante apresentação de Licença Ambiental válida e vigente, emitida por órgão ambiental competente, relativa a usina de asfalto, central de usinagem ou estrutura equivalente apta ao atendimento do objeto, admitida licença em nome da própria adjudicatária ou de terceiro, desde que, nesta última hipótese, acompanhada de instrumento jurídico idôneo que comprove a efetiva disponibilidade do empreendimento licenciado para a futura execução contratual.

Serviços típicos integrantes do objeto

1.2. Integram o objeto, quando aplicáveis e conforme cada Ordem de Serviço:

- a) serviços preliminares e preparação da área/plataforma;
- b) limpeza, escavações localizadas, regularização e reforço do subleito;
- c) execução, recomposição ou recuperação de sub-base e base;
- d) fresagem, reperfilamento, tapa-buraco, remendo superficial e profundo, selagem de trincas, microrrevestimento, tratamentos superficiais, recomposição localizada de revestimento, recapeamento localizado e outras técnicas de reabilitação funcional compatíveis com o diagnóstico técnico;
- e) implantação, recuperação ou adequação de sistemas de drenagem e dispositivos associados, quando necessários à durabilidade do pavimento e à funcionalidade da intervenção;
- f) sinalização viária horizontal e vertical, quando prevista na Ordem de Serviço;
- g) demais serviços acessórios necessários ao pleno atendimento do objeto e aos critérios de aceitação.

Elementos técnicos acessórios quando necessários

1.2.1. Quando tecnicamente necessário para a adequada execução de determinada Ordem de Serviço, poderão ser exigidos levantamentos complementares, croquis, perfis, seções, detalhes executivos, relatórios fotográficos, memoriais de campo, registros de controle e demais documentos acessórios estritamente

vinculados à intervenção, sem descaracterizar o objeto principal e sem transferência à contratada do núcleo do planejamento administrativo.

Execução em item único

1.2.2. Os serviços comuns de engenharia serão licitados em **item único**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, em razão da interdependência funcional entre os serviços, da necessidade de mobilização e coordenação integradas, da conveniência de responsabilização técnica unitária e da racionalidade logística da execução regional.

1.2.3. O ETP registra expressamente que não haverá parcelamento da licitação em vários itens e que a separação entre insumos e serviços não configura fracionamento indevido, mas modelagem administrativa legítima.

1.3. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSE R	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI -DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Conservação / Manutenção / Restauração de Rodovia – Prestação de serviços comuns de engenharia, padronizáveis, destinados à manutenção, conservação e reabilitação funcional de pavimentos asfálticos, com fornecimento de mão de obra, operação, mobilização e disponibilidade de equipamentos, no âmbito dos Municípios integrantes do CDS Alto Sertão, conforme planilha orçamentária, composições de custos, cronograma físico-financeiro, memória de cálculo e demais anexos	22896	Unidade	1	R\$ 97.302.405,94	R\$ 97.302.405,94

1.3.1. O valor acima corresponde à **parcela efetivamente licitada**, limitada aos serviços e à disponibilidade de equipamentos. O ETP distingue esse montante do valor global da solução integral, que alcança R\$ 149.064.828,78, quando considerados também os insumos estratégicos fornecidos diretamente pelo consórcio.

Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e dos órgãos participantes

1.3.2. A contratação será operacionalizada em regime consorciado, mediante Ata de Registro de Preços gerenciada pelo CDS Alto Sertão, com execução descentralizada por meio de Ordens de Serviço e/ou contratos específicos firmados pelos entes participantes, conforme necessidade, disponibilidade orçamentária, priorização técnica e fluxo de governança.

1.3.3. As estimativas individualizadas do órgão gerenciador e dos órgãos participantes constarão em planilha anexa própria, com indicação de requisição mínima, requisição máxima e quantitativo total estimado por ente participante, quando cabível, observando-se que os quantitativos do SRP possuem natureza referencial, destinando-se a balizar a disputa, o controle de preços e a governança da Ata, sem obrigação de contratação integral.

1.3.4. O DFD e o ETP do Alto Sertão registram que, dada a natureza descentralizada, escalonada e variável das demandas municipais, a quantidade exata de serviços não se encontra previamente definida, mas projetada a partir das manifestações de interesse na participação, bem como do volume de compromissos consorciais já definidos para o exercício para o universo de municípios considerados, razão pela qual a estimativa tem base global e referencial.

Acionamento do objeto por Contratos Específicos ou Ordens de Serviço

1.3.5. O objeto será acionado por Contratos ou Ordens de Serviço ou instrumentos equivalentes, podendo compreender, conforme a necessidade e o enquadramento técnico da intervenção:

- a) intervenções em pavimentos asfálticos existentes;
- b) correções localizadas de plataforma, subleito, base e sub-base;
- c) restauração funcional e reforço pontual de camadas, conforme solução técnica aplicável;
- d) adequações geométricas pontuais indispensáveis à segurança e funcionalidade da via;
- e) serviços complementares necessários à adequada entrega e ao desempenho do pavimento.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.4. O objeto da contratação enquadra-se como **serviço comum de engenharia**, por consistir em conjunto de serviços padronizáveis, usualmente ofertados no mercado, com especificações técnicas correntes, critérios objetivos de desempenho, parâmetros de aceitação definidos e medição por unidades usuais, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

1.4.1. O ETP do Alto Sertão assenta expressamente esse enquadramento e afasta a hipótese de obra nova.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5. O objeto é classificado como **serviço comum de engenharia sob demanda**, executado de forma parcelada por Contratos ou Ordens de Serviço decorrentes da Ata de Registro de Preços, sem obrigação de execução integral do quantitativo estimado, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, observadas as regras do edital, deste Termo de Referência, da Ata e do Decreto nº 11.462/2023 e com a natureza variável das necessidades dos entes consorciados.

Prazo de vigência

1.6. Vigência da Ata de Registro de Preços

1.6.1. A vigência da Ata de Registro de Preços será de **1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.462/2023.

1.7. Vigência dos contratos e/ou Ordens de Serviço

1.7.1. A vigência de cada contrato específico decorrente da Ata será de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a manutenção da vantajosidade, o atendimento ao interesse público e a compatibilidade com o planejamento da Administração.

Regras complementares

1.8. O contrato ou instrumento equivalente estabelecerá o detalhamento das regras aplicáveis à vigência, execução, medição, pagamento, fiscalização e recebimento dos serviços.

Da contratação compartilhada no âmbito do Consórcio

1.9. A presente contratação será realizada no âmbito da gestão associada de serviços públicos, por meio do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável Alto Sertão – CDS Alto Sertão, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, da Lei nº 11.107/2005, do estatuto do consórcio e dos instrumentos de governança aplicáveis.

Do órgão gerenciador e dos órgãos participantes (contratação consorciada)

1.9.1. O CDS Alto Sertão atuará como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, responsável pela condução do procedimento, gestão da Ata de Registro de Preços e coordenação das regras de governança, controle e acompanhamento, nos termos do Decreto nº 11.462/2023 e do edital.

1.9.2. Os Municípios integrantes do CDS Alto Sertão, a seguir indicados, atuarão como órgãos participantes do procedimento de Registro de Preços, por terem integrado o planejamento da contratação e por constarem expressamente relacionados como participantes no edital e anexos:

- a) Caculé;
- b) Caetité;
- c) Candiba;
- d) Guanambi;
- e) Ibiassucê;
- f) Igaporã;
- g) Iuiú;
- h) Lagoa Real;
- i) Malhada;
- j) Matina;
- k) Palmas de Monte Alto;
- l) Pindaí;
- m) Riacho de Santana;
- n) Rio do Antônio;
- o) Sebastião Laranjeiras;
- p) Tanhaçu;
- q) Tanque Novo; e,
- r) Urandi

1.9.3. As contratações e Ordens de Serviço emitidas pelos Municípios consorciados decorrerão diretamente da Ata de Registro de Preços, na condição de órgãos participantes, razão pela qual não se caracterizam como adesão.

Formalização das contratações pelos Municípios participantes

1.10. A execução ocorrerá sob demanda, mediante Ordens de Serviço e/ou contratos decorrentes da Ata, emitidos pelos Municípios participantes, conforme necessidade, priorização e disponibilidade orçamentária, observados:

- a) os quantitativos estimados e os limites registrados na Ata;
- b) as condições, padrões técnicos e critérios de medição e aceitação estabelecidos no edital, na Ata, neste Termo de Referência e anexos;
- c) o fluxo de governança e autorização definido pelo órgão gerenciador.

Formalização das contratações por órgãos/entidades não participantes (adesões)

1.10.1. A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes somente será admitida se expressamente prevista no edital e será disciplinada nos termos do Decreto nº 11.462/2023, observados:

- a) limites quantitativos aplicáveis;
- b) demonstração de vantagem;
- c) autorização do órgão gerenciador;
- d) inexistência de prejuízo às contratações dos participantes;
- e) compatibilidade do objeto pretendido com as necessidades do aderente.

1.10.1.1. Considera-se não participante o ente ou órgão que não tenha integrado o planejamento e não esteja listado como participante no edital e anexos, ainda que possua necessidade equivalente à dos Municípios consorciados.

Premissas gerais da adesão por não participantes

1.10.2. A adesão por Municípios ou órgãos não participantes, quando admitida, constitui faculdade excepcional, condicionada à demonstração de vantajosidade, compatibilidade técnica e ausência de prejuízo às demandas dos órgãos participantes.

1.10.3. A autorização da adesão deverá considerar, no mínimo:

- a) natureza das intervenções pretendidas;
- b) características predominantes das vias;
- c) complexidade técnica média dos serviços;
- d) volume estimado da demanda;
- e) disponibilidade operacional do fornecedor registrado;
- f) racionalidade logística e territorial da execução.

Finalidade da distinção entre participantes e não participantes

1.10.4. A distinção entre contratação compartilhada por órgãos participantes e adesão por não participantes tem por finalidade:

- a) assegurar correta aplicação do SRP;
- b) reforçar governança e rastreabilidade da Ata;
- c) prevenir extrapolações quantitativas e interpretações indevidas por órgãos de controle;
- d) proteger o atendimento prioritário das demandas dos entes consorciados;
- e) garantir transparência e segurança jurídica.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da presente contratação, bem como a descrição da necessidade pública a ser atendida, a justificativa da solução adotada, a metodologia de estimativa dos quantitativos e a análise de viabilidade técnica, econômica, ambiental e institucional encontram-se pormenorizadamente desenvolvidas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, que integra este Termo de Referência como documento instrutório essencial, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Descrição da necessidade pública

2.2. O ETP demonstra que a contratação decorre da necessidade pública comum, reiterada e regionalmente compartilhada de manutenção, conservação e reabilitação funcional dos pavimentos asfálticos existentes no território dos Municípios integrantes do CDS Alto Sertão, diante da insuficiência de capacidade institucional e contratual contínua para responder, com padronização e escala, à deterioração funcional da malha viária. O documento registra a ocorrência recorrente de buracos, trincas longitudinais e transversais, trincamento por fadiga, afundamentos localizados, desgaste superficial e perda de aderência, com reflexos diretos sobre transporte escolar, acesso à saúde, fiscalização, abastecimento e escoamento da produção.

Interesse público e relação com a malha viária regional

2.3. A contratação atende ao interesse público ao permitir atuação regionalmente coordenada para preservação da funcionalidade da infraestrutura viária, melhoria da trafegabilidade, incremento da segurança viária e redução da progressão de defeitos que elevam o custo futuro de recuperação.

2.4. O ETP assinala que o território do CDS Alto Sertão se articula com a malha rodoviária estadual estruturante, especialmente pelos corredores BA-026, BA-148, BA-156, BA-160 e BA-263, o que reforça a necessidade de abordagem sistêmica entre acessos municipais e eixos estaduais.

Vinculação ao planejamento

2.5. A contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do CDS Alto Sertão, ainda que não tenha sido apresentado, até o momento, Plano de Contratações Anual formalmente consolidado. Segundo o ETP, a inexistência de PCA formal não compromete o atendimento ao princípio do planejamento, porque a demanda foi formalizada por DFD, o ETP foi elaborado com robustez técnica e a solução escolhida é coerente com as finalidades institucionais do consórcio e dos municípios participantes.

Transparência e publicidade

2.6. Independentemente da inexistência de PCA formal, a presente contratação será integralmente registrada e publicizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, assegurando transparência, rastreabilidade e controle social, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Visão geral da solução adotada

3.1. A solução adotada consiste na contratação consorciada de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção preventiva e corretiva, conservação e reabilitação funcional de pavimentos asfálticos, a serem executados sob demanda, por meio do Sistema de Registro de Preços, no âmbito dos Municípios integrantes do CDS Alto Sertão.

3.1.1. Trata-se de solução estruturada para permitir padronização técnica, flexibilidade operacional, economicidade e gestão eficiente ao longo do ciclo de vida da infraestrutura viária.

Enquadramento como serviço comum de engenharia

3.2. A solução foi concebida com base em serviços comuns de engenharia, caracterizados por:

- a) escopo padronizável, baseado em métodos executivos consagrados;
- b) utilização de especificações técnicas objetivas e referenciais oficiais;
- c) possibilidade de medição e pagamento por unidades usuais, com rastreabilidade;
- d) baixa variabilidade técnica quando comparados a soluções singulares;
- e) possibilidade de julgamento predominantemente objetivo.

Etapas do ciclo de vida do objeto

3.3. A solução considera o ciclo de vida do pavimento e das intervenções viárias, estruturando-se nas seguintes etapas integradas:

3.3.1. **Planejamento e diagnóstico:** identificação dos trechos prioritários, avaliação das condições do pavimento, definição da intervenção adequada e emissão das Ordens de Serviço e contratos, se for o caso.

3.3.2. **Execução das intervenções:** execução dos serviços padronizados de conservação e restauração funcional, conforme técnica aplicável ao trecho.

3.3.3. **Controle tecnológico, medição e aceitação:** realização de ensaios, verificações, registros e procedimentos de aceite compatíveis com a natureza do objeto.

3.3.4. **Operação e desempenho ao longo do tempo:** busca de prolongamento da vida útil do pavimento e redução da necessidade de intervenções corretivas frequentes.

Integração entre execução e suprimento de insumos

3.4. A solução é tecnicamente integrada, mas economicamente segmentada em dois planos complementares:

a) plano contratual licitado: serviços de engenharia, mão de obra, operação, mobilização, gestão executiva e disponibilidade de equipamentos;

b) plano de suprimento direto pela Administração: fornecimento dos insumos estratégicos pelo consórcio.

3.4.1. O ETP assinala que essa separação não configura parcelamento indevido do objeto, mas opção administrativa legítima, voltada à redução do custo global da solução e ao melhor controle da cadeia de suprimentos.

Sustentabilidade e racionalização de recursos no ciclo de vida

3.5. A solução considera o ciclo de vida do objeto também sob a ótica da sustentabilidade, ao:

- a) priorizar manutenção e reabilitação funcional em detrimento de reconstruções completas;
- b) reduzir desperdícios, retrabalho e degradação precoce;
- c) estimular o reaproveitamento técnico de materiais, quando aplicável;

- d) racionalizar deslocamentos, logística e uso de insumos;
- e) disciplinar a correta destinação dos resíduos gerados.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a execução das obras deverá atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos, fundamentados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na legislação ambiental vigente.

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição do objeto, a execução deverá atender, obrigatoriamente, aos seguintes requisitos:

- a) controle de poeira, material particulado e emissões nas etapas de terraplenagem, pavimentação, compactação e transporte;
- b) gestão ambientalmente adequada dos resíduos, com segregação, reaproveitamento tecnicamente viável e destinação final correta;
- c) utilização racional de recursos naturais e energéticos;
- d) mitigação de impactos ambientais operacionais e prevenção de carreamento de materiais para drenagem;
- e) adoção de soluções que aumentem a durabilidade da intervenção e reduzam a necessidade de reparos futuros.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação **não será** admitida a indicação de marcas, produtos ou modelos específicos, devendo os materiais, insumos e soluções técnicas atenderem exclusivamente às normas técnicas, aos parâmetros de desempenho e às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos, preservando competitividade e isonomia, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

4.2.1. A exigência recairá sobre características técnicas, funcionais e de desempenho, observadas as normas da ABNT, as diretrizes do DNIT e os parâmetros do SINAPI/SICRO, de modo a preservar a competitividade e assegurar isonomia entre os licitantes, nos termos do art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. A Administração não imporá vedação prévia a marcas ou produtos específicos, salvo se houver processo administrativo prévio e fundamentado demonstrando sua inadequação técnica ao pleno adimplemento do objeto, hipótese que, até o momento, não se verifica no presente caso.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade de fabricante, pois a responsabilidade pela execução, qualidade e desempenho do objeto e dos materiais empregados é integral da contratada, conforme contrato e legislação aplicável.

Subcontratação

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- a) não represente transferência do núcleo principal;
- b) o subcontratado comprove qualificação compatível com a parcela;
- c) não comprometa qualidade, rastreabilidade, controle tecnológico, segurança do trabalho e conformidade ambiental;
- d) seja vedada subcontratação em cascata sem autorização expressa.

4.5.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada: É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, notadamente:

- a) gestão técnica, coordenação geral, responsabilidade técnica e emissão/gestão de ART/RRT;

- b) condução do controle tecnológico e garantia da qualidade;
- c) execução do corpo principal da intervenção no pavimento.

4.5.2. Poderão ser subcontratadas, entre outras parcelas acessórias compatíveis:

- a) transporte e apoio logístico;
- b) serviços especializados localizados, como drenagem pontual, sinalização e levantamentos complementares;
- c) ensaios laboratoriais por laboratório qualificado, sem prejuízo da responsabilidade integral da contratada.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

4.10.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

4.11. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

a) A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

b) Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

c) A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

d) Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

e) Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.12. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

- 4.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.15. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.15.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.16. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.17. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.
- 4.17.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 4.18. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.19. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.20. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.21. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.21.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.21.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.22. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.22.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.22.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.23. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.24. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.25. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.26. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.27. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

4.27.1. Não é obrigatória a realização de vistoria prévia como condição para participação no certame, tendo em vista que o objeto será executado sob demanda, em diferentes Municípios consorciados, com trechos a serem definidos por ordem de serviço, circunstância que inviabiliza a imposição de vistoria prévia única e uniforme.

4.28. Sem prejuízo do disposto no item anterior, será facultada aos interessados a realização de vistoria técnica prévia, quando considerada pertinente, após a definição do local específico de execução, com a finalidade de permitir melhor conhecimento das condições e peculiaridades do trecho objeto da futura ordem de serviço.

4.29. A vistoria, quando realizada, será acompanhada por servidor ou representante designado pelo Município responsável pela execução, em dias e horários previamente agendados.

4.30. Serão disponibilizados datas e horários distintos aos interessados que optarem pela realização da vistoria técnica, de modo a assegurar isonomia, ampla concorrência e adequada organização administrativa.

4.31. Para a realização da vistoria, o representante legal da empresa ou o responsável técnico deverá estar devidamente identificado, mediante apresentação de documento oficial de identidade e documento expedido pela empresa que comprove sua habilitação para a realização da vistoria.

4.32. A vistoria terá caráter meramente informativo, não gerando direito à alteração das condições do edital ou do contrato, nem substituindo as obrigações técnicas da contratada.

4.33. Eventuais esclarecimentos prestados durante a vistoria não eximem o licitante da obrigação de observar integralmente as especificações técnicas, normas aplicáveis e condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

4.34. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu responsável técnico, atestando que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação e que assume integral responsabilidade pela execução do objeto.

4.35. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como fundamento para alegações posteriores de desconhecimento, dúvidas ou omissões quanto às condições locais de execução, devendo o Contratado assumir integralmente os ônus decorrentes da execução dos serviços.

Desnecessidade de Instalação de escritório

4.36. Não será exigida a instalação prévia de escritório fixo em município específico como condição de habilitação ou de execução do contrato, por se tratar de exigência potencialmente restritiva à competitividade.

4.36.1. A contratada deverá comprovar, quando da execução, capacidade logística e operacional suficiente para atender aos Municípios consorciados, podendo, a seu critério, implantar bases operacionais móveis ou estruturas administrativas temporárias, sempre que necessário à adequada execução dos serviços, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

4.36.2. A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento e preposto com disponibilidade para comparecimento às frentes de serviço, sem exigência de instalação de escritório local, ressalvada a possibilidade de a Administração, motivadamente, exigir ponto de apoio operacional apenas durante a execução ativa, quando indispensável à logística e fiscalização.

Margem de Preferência

4.37. O objeto da contratação não se enquadra na aplicação de margem de preferência, normal ou adicional, por inexistir, até o momento, ato normativo específico aplicável ao tipo de obra de engenharia ora pretendida, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e das resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

Qualificação técnica-operacional (requisitos mínimos)

4.38. A habilitação técnica deverá contemplar:

- a) atestados compatíveis em características e quantidades com os Itens;
- b) responsável técnico com registro no CREA/CAU e ART/RRT, quando e se cabível;
- c) comprovação de disponibilidade de equipe e equipamentos essenciais (direta ou formalmente comprometida).

4.38.1. As exigências serão proporcionais e objetivas, limitadas ao necessário para assegurar o cumprimento do objeto e sem restringir indevidamente a competitividade.

Logística, mobilização e bases operacionais

4.39. A contratada deverá possuir capacidade logística para atuar de forma descentralizada, podendo utilizar bases móveis e estruturas temporárias, sem exigência de escritório fixo.

4.39.1. Custos de mobilização, deslocamento e instalação necessários à execução deverão ser considerados na proposta e ocorrerão sob responsabilidade da contratada, conforme regras do edital, medições e composições.

Janela climática e planejamento de execução

4.40. A execução deverá considerar a janela climática regional, priorizando períodos de menor precipitação, de modo a reduzir riscos de perda de qualidade, recomposição e atrasos, especialmente em terraplenagem, drenagem, aplicação de tratamentos superficiais e demais técnicas sensíveis às condições de umidade e temperatura.

4.40.1. A ordem de serviço deverá contemplar cronograma compatível com as condições locais, podendo o Contratante determinar ajustes para preservação da qualidade técnica e segurança.

Controle tecnológico, qualidade e rastreabilidade

4.41. A contratada deverá implementar plano de controle tecnológico com registros e ensaios compatíveis, incluindo, quando aplicável:

- a) controle de compactação;
- b) granulometria;
- c) temperatura de aplicação;
- d) densidade e regularidade;
- e) rastreabilidade dos insumos aplicados;
- f) documentação fotográfica e documental por trecho/Ordem de Serviço.

4.41.1. Devem ser mantidos registros fotográficos e documentais por trecho/Ordem de Serviço, compondo dossiê de execução para fiscalização, medição e auditoria.

Vistoria técnica (facultativa e por ordem de serviço ou contrato)

4.42. A vistoria prévia não será obrigatória para participação no certame, sendo facultativa e, quando pertinente, realizada após definição do trecho/ordem de serviço, com regras isonômicas de agendamento e declaração de ciência.

Integridade, prevenção de conflitos e conformidade

4.43. É vedada a subcontratação em hipóteses de conflito de interesses, devendo a contratada observar regras de integridade, transparência, rastreabilidade de insumos, colaboração com fiscalização e conformidade com a legislação aplicável.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica prevista neste Termo de Referência, observando diretrizes técnicas, ambientais, operacionais e de segurança, conforme a solução técnica definida para cada trecho e o planejamento aprovado pela fiscalização.

Início da execução do objeto:

5.2. A execução dos serviços terá início em até **10 (dez) dias úteis** contados da emissão da Ordem de Serviço, observadas as condições climáticas adequadas, a disponibilidade operacional da contratada e a disponibilização dos insumos pelo consórcio.

Métodos, rotinas, etapas e procedimentos

5.3. A execução compreenderá, conforme o caso e a solução técnica definida para cada trecho:

- a) mobilização de equipe técnica, equipamentos e bases operacionais móveis;
- b) levantamento complementar e verificação das condições locais;
- c) terraplenagem e preparação da plataforma/subleito, incluindo regularização, cortes, aterros e compactação;
- d) execução de drenagem superficial e/ou profunda, quando prevista;
- e) execução/recuperação de sub-base e base;
- f) fresagem, tapa-buraco, remendos, selagem de trincas, tratamento superficial, microrrevestimento, recomposição localizada, reperfilamento, recapeamento localizado ou outra solução compatível;
- g) compactação e acabamento final;
- h) execução de sinalização viária, quando prevista;
- i) limpeza final, desmobilização e entrega do trecho.

5.4. As tecnologias e procedimentos deverão observar as normas da ABNT, os manuais do DNIT, os critérios do SICRO e as especificações técnicas constantes dos anexos

Cronograma de realização dos serviços:

5.5. O cronograma físico-financeiro será apresentado pela contratada e submetido à aprovação da fiscalização, devendo ser compatível com:

- a) a extensão do trecho;
- b) a solução técnica adotada;
- c) a janela climática regional;
- d) as condições locais de execução;
- e) a disponibilidade dos insumos pelo consórcio.

5.6. As etapas poderão ser estruturadas por trecho, iniciando-se com a emissão da Ordem de Serviço e concluindo-se com a entrega e o recebimento provisório e definitivo.

Local e horário da prestação dos serviços

5.7. Os serviços serão prestados nas vias urbanas, acessos, travessias, conexões municipais, trechos rodoviários locais e demais segmentos indicados nas Ordens de Serviço, localizados nos Municípios integrantes do CDS Alto Sertão.

5.8. A execução ocorrerá, em regra, no horário comercial, de segunda a sexta-feira, podendo haver execução em horários diferenciados, inclusive finais de semana, quando tecnicamente necessário ou determinado pela Administração, especialmente para minimizar impactos ao tráfego ou atender a condicionantes climáticas.

Rotinas a serem cumpridas

5.9. Sem prejuízo de outras rotinas previstas em anexos ou determinadas pela fiscalização, a execução observará:

- a) cumprimento do cronograma aprovado;
- b) adoção de medidas de segurança do trabalho e sinalização temporária;
- c) realização de controle tecnológico e manutenção de registros de qualidade;
- d) comunicação prévia à fiscalização sobre o início de cada etapa relevante;
- e) organização, limpeza e segurança dos locais de execução;
- f) conformidade com os critérios de recebimento e medição;
- g) observância do fluxo de recebimento e aplicação dos insumos fornecidos pelo consórcio.

Materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários

5.10. Para a perfeita execução do objeto, a contratada deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas, mão de obra e meios operacionais necessários, promovendo substituições quando necessário, observadas as responsabilidades de fornecimento definidas neste item e em cada Ordem de Serviço.

5.11. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos da execução licitada, inclusive mão de obra, encargos, mobilização, operação, equipamentos, combustíveis, lubrificantes, manutenção, ferramentas, EPIs, EPCs e demais insumos operacionais necessários à execução, excluídos os insumos estratégicos disponibilizados pelo Consórcio, nos termos deste Termo de Referência

Insumos disponibilizados pelo Contratante

5.12. Poderão ser disponibilizados pelo Consórcio, total ou parcialmente, conforme definido expressamente em cada Ordem de Serviço ou Contrato, no edital e/ou nos anexos, os seguintes itens:

- a) agregados, ligantes asfálticos, misturas asfálticas e insumos correlatos;
- b) materiais e dispositivos de sinalização horizontal e vertical, quando previstos para fornecimento pela Administração;
- c) outros insumos expressamente indicados em Ordem de Serviço ou anexos.

5.12.1. A disponibilização ocorrerá mediante processos próprios do consórcio e/ou dos Municípios participantes, e poderá, quando cabível, contar com instrumentos de cooperação interfederativa.

5.13. Na ausência de previsão expressa na Ordem de Serviço, o fornecimento dos itens necessários à execução será de responsabilidade da contratada, ressalvadas disposições específicas do edital/anexos.

Obrigações da contratada quanto aos insumos fornecidos pelo Contratante

5.13.1. Compete à contratada, quando houver insumos disponibilizados pelo Contratante:

- I) receber, conferir e registrar quantitativos, integridade e documentação (certificações, laudos, notas, registros);
- II) armazenar, transportar internamente e manusear adequadamente, prevenindo perdas, contaminação e deterioração;
- III) aplicar/empregar os insumos conforme normas e especificações, mantendo controle tecnológico, rastreabilidade e registros por trecho/Ordem de Serviço;
- IV) comunicar imediatamente à fiscalização qualquer inconformidade, insuficiência, divergência ou condição que possa comprometer qualidade, segurança ou desempenho.

5.13.1.1. A disponibilização de insumos pelo Contratante não exime a contratada da responsabilidade pela correta execução, desempenho, acabamento e conformidade técnica dos serviços, inclusive quanto ao controle de aplicação (temperaturas, compactação, espessuras, consumos, produtividade e aceitação).

Itens sempre a cargo da contratada

5.13.2. Permanecem sob responsabilidade exclusiva da contratada, independentemente do fornecimento de quaisquer outros insumos pelo Contratante:

- a) equipamentos, máquinas, veículos e ferramentas necessários à execução;

- b) mão de obra e encargos correlatos;
- c) combustíveis, lubrificantes, graxas, fluidos, filtros, peças de desgaste e demais insumos operacionais necessários ao funcionamento, abastecimento e manutenção dos equipamentos e veículos empregados;
- d) instrumentos e insumos de controle tecnológico, salvo disposição expressa em contrário;
- e) EPIs, EPCs e sinalização provisória de segurança da obra.

Segregação para medição e pagamento

5.13.3. As medições e pagamentos observarão a segregação entre os insumos eventualmente fornecidos pelo Contratante e os serviços efetivamente executados pela contratada, ficando vedada qualquer remuneração em separado de combustíveis, lubrificantes e demais insumos operacionais, por já se encontrarem compreendidos nos preços unitários e/ou globais contratados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.14. A demanda da Administração possui as seguintes características, que deverão ser consideradas pelos licitantes na formação de preços, mobilização e planejamento de execução:

- a) execução descentralizada e regionalizada;
- b) atuação em múltiplos Municípios, por trechos definidos em Ordens de Serviço;
- c) contratação sob demanda no SRP;
- d) forte interface logística com a malha estadual;
- e) condicionantes climáticos do semiárido;
- f) necessidade de integração com o fornecimento de insumos pelo consórcio;
- g) obrigação de controle tecnológico, rastreabilidade e segurança.

Especificação da garantia do serviço

5.15. Sem prejuízo das garantias legais, a contratada responderá por vícios de execução, falhas de aplicação, desconformidades técnicas e defeitos que comprometam o desempenho da intervenção, devendo realizar, sem ônus adicional, os reparos e correções necessários no prazo fixado pela fiscalização, observado o grau de urgência e o risco à segurança viária.

5.16. O prazo de garantia técnica da intervenção será disciplinado no contrato e nas especificações anexas, respeitada a natureza do serviço executado e a legislação aplicável.

5.16.1. A garantia não abrange o desgaste natural decorrente do uso regular da via, do tráfego ordinário ou extraordinário não considerado no dimensionamento, nem danos causados por eventos supervenientes alheios à execução da obra, tais como intervenções de terceiros, sobrecargas não projetadas ou eventos climáticos extremos imprevisíveis, salvo quando comprovado nexo causal com falha construtiva, erro executivo ou descumprimento das especificações.

5.17. Durante o período de garantia, a contratada será obrigada a executar, sem ônus adicional para a Administração, as correções necessárias à eliminação de vícios e defeitos cobertos pela garantia, no prazo a ser definido pela fiscalização, observado o grau de urgência da intervenção e risco à segurança viária.

5.18. A garantia técnica não se confunde com conservação rotineira, manutenção periódica ou recapeamento preventivo decorrentes do ciclo normal de uso; quando necessários, tais serviços dependerão de contratação específica, salvo se caracterizada situação coberta pela garantia.

Uniformes

5.19. O fornecimento de uniformes não constitui requisito específico desta contratação, uma vez que o objeto não se caracteriza como serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra, competindo à contratada observar, por sua conta e risco, as normas de segurança do trabalho, inclusive quanto ao fornecimento e reposição de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, nos termos da legislação trabalhista e das normas regulamentadoras aplicáveis.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.20. Não serão exigidos procedimentos formais de transição ao término do contrato, tendo em vista que o objeto é executado por escopo/ordem de serviço, com encerramento pela entrega do trecho, sem transferência de pessoal, ativos operacionais ou sistemas à Administração.

5.21. A finalização contratual observará, no mínimo, os seguintes atos:

- a) vistoria final e emissão do Termo de Recebimento Provisório;
- b) saneamento de pendências identificadas no período de observação, quando houver;
- c) emissão do Termo de Recebimento Definitivo, após verificação de conformidade;
- d) início da contagem do prazo de garantia, na forma e prazos da legislação aplicável.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, quando cabível.

6.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.5.1. Não será exigida permanência contínua do preposto no local de execução; contudo, a contratada deverá assegurar sua presença sempre que houver execução ativa e sempre que convocado pela Administração ou pela fiscalização, durante todo o período de execução contratual.

6.6. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará substituto para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou por seus substitutos, observadas as atribuições definidas no ato de designação.

Fiscalização Técnica

6.8. A fiscalização técnica abrangerá, ainda:

- a) acompanhamento sistemático das frentes de serviço;
- b) verificação in loco da conformidade dos métodos executivos;
- c) validação do controle tecnológico;
- d) conferência da aplicação adequada dos insumos fornecidos pelo consórcio;
- e) verificação do cumprimento das obrigações ambientais, de segurança do trabalho e de sinalização;
- f) análise da rastreabilidade dos materiais empregados.

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.14. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.14.1. Acompanhamento técnico sistemático das frentes de serviço, incluindo verificação in loco da conformidade dos métodos construtivos, da sequência de execução, da mobilização de equipamentos e da atuação das equipes técnicas, com especial atenção às etapas críticas de terraplenagem, drenagem, execução de base/sub-base e aplicação do revestimento asfáltico.

6.14.2. Verificação e validação do controle tecnológico, compreendendo a análise dos ensaios laboratoriais e de campo, dos registros de temperatura, compactação, granulometria, teor de ligante, regularidade superficial e demais parâmetros técnicos exigidos, bem como a conferência da rastreabilidade e certificação dos materiais empregados.

6.14.3. Fiscalização do cumprimento das obrigações ambientais, de segurança do trabalho e de sinalização viária, incluindo a observância das medidas de mitigação de impactos ambientais, a correta destinação de resíduos, o uso de EPIs e EPCs, a implantação de sinalização provisória adequada e a adoção de medidas preventivas para proteção de usuários da via, trabalhadores e terceiros.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará:

- a) manutenção das condições de habilitação;
- b) regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- c) vigência e suficiência da garantia contratual;
- d) regularidade dos pedidos de medição, faturamento e pagamento;
- e) necessidade de glosas, retenções e providências corretivas.

6.17.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. verificação periódica da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, por meio dos sistemas oficiais disponíveis (SICAF, PNCP ou equivalentes), especialmente por ocasião dos pagamentos;

6.18.2. acompanhamento da vigência e suficiência da garantia contratual, exigindo sua atualização ou recomposição quando necessário;

6.18.3. conferência da regularidade formal dos pedidos de medição, faturamento e pagamentos, em consonância com os registros da fiscalização técnica e com o cronograma físico-financeiro aprovado.

6.19. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.20. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.21. O Contratado é integralmente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.22. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos referidos no item anterior não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

6.23. As rotinas de fiscalização administrativa previstas neste Termo de Referência limitam-se ao acompanhamento da regularidade contratual e documental da contratada, não se aplicando à gestão direta de pessoal, controle de jornada, férias ou benefícios trabalhistas, por se tratar de obra de engenharia executada por escopo, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Gestor do Contrato

6.24. Cabe ao gestor do contrato:

6.24.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.24.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.24.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.24.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.24.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.24.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

Governança no SRP e gestão associada (Consórcio x Municípios participantes)

6.25. A contratação será estruturada no Sistema de Registro de Preços (SRP), com Ata de Registro de Preços gerenciada pelo Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável Alto Sertão – CDS Alto Sertão, na condição de órgão gerenciador, e com os Municípios integrantes na condição de órgãos participantes, nos termos do Decreto nº 11.462/2023, da Lei nº 14.133/2021 e dos instrumentos de governança do Consórcio.

6.25.1. Compete ao órgão gerenciador (Consórcio), sem prejuízo das atribuições previstas no edital e na regulamentação:

a) conduzir e coordenar o procedimento de SRP, inclusive o gerenciamento da Ata;

b) orientar a padronização de procedimentos, minutas, rotinas e instrumentos de acompanhamento (modelos de OS, relatórios, checklists e dossiê de execução);

- c) promover a consolidação de informações de execução e desempenho da Ata, inclusive para fins de governança, transparência e controle;
 - d) analisar e deliberar sobre solicitações relacionadas à Ata que dependam de sua autorização (ex.: adesões de não participantes, quando admitidas; revisões cadastrais/operacionais do registro; deliberações de governança previstas no edital);
 - e) apoiar tecnicamente os órgãos participantes, quando previsto, sem substituir a fiscalização municipal.
- 6.26. Compete aos órgãos participantes (Municípios consorciados):
- a) promover a contratação específica decorrente da Ata (contrato/OS), observada a disponibilidade orçamentária e a demanda efetiva;
 - b) designar gestor e fiscais do contrato/OS no âmbito municipal, com segregação de funções;
 - c) definir e formalizar os trechos e quantitativos a executar em cada OS, compatibilizando com as especificações e limites da Ata;
 - d) realizar a fiscalização técnica e administrativa, a medição, o atesto e o processamento de pagamento no âmbito do contrato/OS;
 - e) alimentar os registros e informações de execução no processo administrativo correspondente e, quando aplicável, compartilhar dados com o Consórcio para fins de governança.

Fluxo operacional da execução por Ordem de Serviço e responsabilidades

6.27. A execução do objeto ocorrerá sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço e/ou celebração de contrato específico pelo Município participante, com base nas condições registradas na Ata.

6.27.1. Cada Ordem de Serviço/contrato específico deverá observar as regras previstas no Modelo de Contrato previsto como anexo do Edital e/ou instrumento que os substitua, contendo:

- a) identificação do Município demandante;
- b) descrição do trecho/local, escopo e quantitativos;
- c) solução técnica aplicável e requisitos de controle tecnológico;
- d) prazos, marcos e cronograma físico-financeiro;
- e) critérios de medição e pagamento;
- f) obrigações ambientais, de segurança do trabalho e de sinalização provisória;
- g) indicação formal do gestor e fiscais responsáveis.

6.27.2. A fiscalização e a gestão do contrato/OS são exercidas primariamente pelo Município contratante, sendo vedada a transferência de competências típicas de fiscalização municipal ao órgão gerenciador, salvo hipóteses expressamente previstas no edital/instrumentos consorciais (apoio, padronização e consolidação de informações).

Padronização, registros e dossiê de execução (rastreadabilidade)

6.28. Para garantir rastreabilidade e uniformidade técnica, cada contrato/OS deverá manter dossiê de execução por trecho, com, no mínimo:

- a) ordem de serviço/contrato e eventuais aditivos/apostilamentos;
- b) cronograma aprovado e reprogramações;
- c) diário/relatório de obra, registros fotográficos (preferencialmente georreferenciados) e evidências de campo;
- d) boletins de medição, memória de cálculo e composições aplicáveis;
- e) ensaios e relatórios de controle tecnológico, quando exigíveis;
- f) registros ambientais (PGRCC, destinações, licenças/autorizações aplicáveis);
- g) comunicações formais, notificações, determinações da fiscalização e providências adotadas.

6.28.1. O Consórcio poderá disponibilizar modelos e checklists padronizados e, quando previsto, consolidar dados agregados de execução e desempenho para fins de governança do SRP, sem prejuízo do arquivo e guarda municipal dos documentos do contrato/OS.

Coordenação para evitar conflitos de execução entre Municípios e Itens

6.29. Para prevenir interferências logísticas e sobreposição de frentes, os Municípios participantes deverão informar ao Consórcio, quando solicitado ou quando previsto no edital, as OS emitidas, trechos e janelas de execução.

6.29.1. Quando necessário para assegurar eficiência operacional e evitar prejuízo às demandas participantes, o Consórcio poderá recomendar ajustes de programação, sem prejuízo da autonomia do Município contratante e das responsabilidades do contratado.

Adesão por não participantes e impactos na gestão do contrato

6.30. A adesão à Ata por órgãos ou entidades não participantes (inclusive Municípios não integrantes do Consórcio) somente será admitida se expressamente prevista no edital, e obedecerá ao Decreto nº 11.462/2023 e às condições/limites fixados no instrumento convocatório.

6.30.1. A autorização de adesão compete ao órgão gerenciador (Consórcio), condicionada a:

- a) demonstração de vantajosidade;
- b) compatibilidade entre a necessidade do aderente e o objeto registrado;
- c) observância dos limites quantitativos e das condições do edital;
- d) inexistência de prejuízo ao atendimento das demandas dos participantes;
- e) anuência do fornecedor registrado, quando exigível.

6.30.2. O órgão/entidade aderente será responsável pela gestão e fiscalização integral do seu contrato/OS, inclusive designação de gestor/fiscais, medições, pagamentos, recebimento e aplicação de sanções, sem transferência dessas atribuições ao Consórcio.

Encerramento e avaliação de desempenho para governança do SRP

6.31. Ao término de cada contrato/OS, o gestor municipal providenciará relatório de encerramento, registrando: escopo executado, ocorrências relevantes, conformidade, desempenho, glosas/notificações, sanções (se houver) e lições aprendidas.

6.31.1. Sempre que previsto no edital ou solicitado pelo órgão gerenciador, os Municípios participantes encaminharão informações sintéticas de execução e desempenho ao Consórcio, para fins de acompanhamento da Ata, transparência e suporte à tomada de decisão sobre a governança do SRP.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução e a liberação dos pagamentos observarão as disposições desta seção, com base em medições físicas dos serviços efetivamente executados, aferidas pela fiscalização, em conformidade com a Ordem de Serviço, o cronograma físico-financeiro, os projetos/detalhamentos técnicos aprovados (quando houver), as especificações técnicas, as normas da ABNT e do DNIT e as condições do contrato e da Ata de Registro de Preços.

7.1.1. Considerando tratar-se de serviços comuns de engenharia executados sob demanda e formalizados por contratos específicos e/ou ordens de serviço decorrentes da Ata, adota-se sistemática de medição e pagamento vinculada ao avanço físico dos serviços, sendo vedada remuneração por mera disponibilização de recursos ou por execução dissociada da efetiva entrega.

7.2. O pagamento será efetuado parceladamente, mediante Boletim de Medição, após verificação, atesto e aprovação da fiscalização e do gestor do contrato, observados, cumulativamente:

- a) correspondência integral entre os serviços medidos e aqueles efetivamente executados em campo;
- b) conformidade dos serviços com os projetos executivos aprovados e as especificações técnicas;
- c) atendimento aos requisitos de qualidade, desempenho e segurança previstos no Termo de Referência e no contrato.

7.3. Será aplicada retenção ou glosa proporcional no pagamento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não executou integralmente as etapas previstas no cronograma físico-financeiro;
- b) executou serviços em desconformidade com os projetos, normas técnicas ou padrões mínimos de qualidade exigidos;

c) utilizou materiais, equipamentos ou processos construtivos em desacordo com as especificações técnicas aprovadas;

d) deixou de corrigir, no prazo estabelecido, falhas, vícios ou não conformidades apontadas pela fiscalização.

7.4. Para fins de medição e pagamento, serão considerados, cumulativamente, os seguintes critérios objetivos:

a) execução física comprovada, mediante inspeção in loco, registros fotográficos (preferencialmente georreferenciados), relatórios e ensaios de controle tecnológico, quando aplicáveis;

b) conformidade técnica com memoriais, especificações do DNIT/ABNT e parâmetros referenciais adotados (SINAPI/SICRO, quando aplicável);

c) cumprimento de prazos intermediários e finais do cronograma aprovado, consideradas prorrogações formalmente autorizadas.

7.5. A liberação do pagamento ficará condicionada à apresentação da documentação fiscal regular, à manutenção das condições de habilitação da contratada e à inexistência de pendências técnicas ou administrativas que impeçam o recebimento provisório ou definitivo dos serviços.

7.6. O recebimento provisório e o recebimento definitivo da obra observarão o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021, sendo o pagamento final condicionado à aceitação definitiva dos serviços e à correção integral de eventuais inconformidades identificadas durante o período de garantia técnica.

Recebimento

7.7. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7.1. Ao final de cada etapa/período de medição definido no cronograma, a contratada apresentará:

a) planilha/boletim de medição;

b) memória de cálculo;

c) registros fotográficos (preferencialmente georreferenciados);

d) relatórios de controle tecnológico, quando aplicáveis; e

e) quando cabível, comprovação de procedência legal de produtos/subprodutos florestais utilizados na etapa.

7.8. Considera-se concluída a etapa quando os serviços previstos no cronograma para o período estiverem executados em sua totalidade e aceitos pela fiscalização.

7.9. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.13. Para fins de recebimento provisório e faturamento, o período de medição será o evento/etapa física definida no cronograma aprovado (ou outro critério objetivo previsto na OS/contrato, quando aplicável)

7.14. Ao final de cada período/evento de faturamento:

a) o fiscal técnico consolidará as avaliações de execução, desempenho e qualidade, registrando relatório ao gestor, podendo resultar em redimensionamento/glosa;

b) o fiscal administrativo verificará a regularidade fiscal e demais requisitos para liquidação, emitindo relatório próprio.

7.15. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.16. A contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços com vícios, defeitos ou incorreções, podendo a fiscalização não atestar medições enquanto persistirem pendências.

7.17. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.18. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.19. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.20. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.21. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **30 (trinta) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada, após verificação da qualidade, quantidade e desempenho da obra.

7.21.1. Será emitido documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, com menção ao desempenho e eventuais penalidades, para fins de registro/cadastro conforme regulamento.

7.21.2. Verificadas irregularidades que impeçam liquidação/pagamento, a Administração indicará as cláusulas pertinentes e solicitará correções por escrito.

7.21.3. Será emitido Termo Detalhado de recebimento definitivo, com base nos relatórios e documentos apresentados.

7.21.4. A contratada será comunicada para emissão de Nota Fiscal/Fatura com o valor dimensionado pela fiscalização.

7.21.5. A documentação será encaminhada ao setor competente para liquidação e pagamento.

7.22. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.23. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.24. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.25. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.25.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.26. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.27. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.28. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.29. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.29.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.29.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.30. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

7.31. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.32. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.33. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.34. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.35. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.35.1. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do **Índice Nacional de Custo da Construção – INCC/FGV**, ou, na hipótese de sua extinção ou indisponibilidade, por **índice oficial que venha a substituí-lo**, acrescidos, quando cabível, de juros legais, na forma da legislação vigente.

Forma de pagamento

7.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.39. Não será admitida antecipação de pagamento na presente contratação, tendo em vista que a execução do objeto será remunerada exclusivamente por medições dos serviços efetivamente executados e recebidos provisoriamente, conforme Cronograma Físico-Financeiro, projetos aprovados e regras estabelecidas neste Termo de Referência.

7.39.1. A vedação à antecipação de pagamento visa preservar o princípio do pagamento por resultado, mitigar riscos de inexecução contratual e assegurar a adequada proteção do interesse público, em consonância com os arts. 145 e 146 da Lei nº 14.133/2021 e com a jurisprudência consolidada dos órgãos de controle.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.40. A pedido do Contratado, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9º-A e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

7.40.1. O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei nº 14.973, de 2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.40.2. A revisão prevista no acima, caso requerida pelo Contratado, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços.

Reajuste

7.41. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais [elaboradas com base no SINAPI/SICRO do mês especificado nas planilhas anexas a este Termo de Referência.

7.41.1. O orçamento estimado da contratação foi elaborado com base em planilhas referenciais fundamentadas no SICRO/SINAPI e/ou bancos referenciais de preços, relativas ao mês de **outubro/2025**, que integram o processo administrativo.

7.42. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **Índice Nacional de Custo da Construção – INCC/FGV**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.43. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.44. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.45. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.46. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.47. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.48. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.49. A cessão de crédito decorrente deste contrato somente será admitida mediante prévia e expressa anuência do Contratante, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.49.1. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.49.2. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.49.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou

creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.49.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.49.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.50. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito reguladas pela IN SEGES/MGI nº 82/2025, que permanecem regidas por norma própria.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.1.1. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.1.2. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.1.5. Multa:

8.2. Moratória, para as infrações descritas na alínea “d”, de 0,10% (dez centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.3. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.3.1.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.8.1.1.1. execução de serviços em desacordo com as especificações técnicas, incluindo espessuras, granulometria, teores e parâmetros de compactação;

8.8.1.1.2. utilização de insumos sem comprovação de conformidade (ex.: CAP e agregados sem laudos exigíveis) ou em desconformidade com normas e projetos;

8.8.1.1.3. descumprimento injustificado de exigências de controle tecnológico (ensaios de campo/laboratório) e/ou de entrega de relatórios;

8.8.1.1.4. falhas recorrentes de sinalização e segurança viária no entorno da intervenção, com risco ao tráfego;

8.8.1.1.5. execução deficiente de drenagem superficial ou dispositivos correlatos quando previstos, com potencial de comprometer a durabilidade do pavimento;

8.8.1.1.6. não correção, no prazo fixado pela fiscalização, de inconformidades apontadas em relatórios e/ou no recebimento provisório;

8.8.1.1.7. descarte irregular de resíduos (fresagem, entulhos, sobras de mistura asfáltica), em desacordo com condicionantes ambientais e com o contrato.

8.9. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.10. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.13. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.14. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.14.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.14.2. Os endereços, inclusive de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência

ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.17.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.19. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

Governança do SRP e comunicação ao órgão gerenciador (Consórcio)

8.20. Considerando que a contratação decorre de Ata de Registro de Preços gerenciada pelo Consórcio (órgão gerenciador), as sanções aplicáveis ao Contratado serão instauradas e aplicadas pelo Município contratante no âmbito do respectivo contrato/Ordem de Serviço, sem prejuízo das competências do órgão gerenciador quanto à governança da Ata.

8.21. O Município contratante comunicará ao órgão gerenciador, de forma tempestiva, a instauração e o resultado de processos sancionatórios e de rescisão relacionados a contratações derivadas da Ata, para fins de registro, acompanhamento, gestão de riscos e adoção de providências de governança, inclusive para prevenir prejuízo às contratações dos demais participantes.

8.22. A comunicação prevista no subitem anterior não substitui nem condiciona os registros e publicidades obrigatórios nos cadastros e sistemas oficiais (ex.: SICAF, CEIS/CNEP, PNCP), que permanecerão sob responsabilidade do ente competente, conforme a natureza da sanção e a regulamentação aplicável.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado mediante licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, adotando-se o critério de julgamento de **MAIOR DESCONTO**, com formação de preços a partir das planilhas referenciais elaboradas pela Administração com base nos sistemas oficiais SINAPI e/ou SICRO, conforme condições e especificações deste Termo de Referência e do Edital.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução dos contratos decorrentes da Ata será o de empreitada por preço unitário, considerando que:

- a) a contratação se dará sob demanda (Sistema de Registro de Preços), por Ordens de Serviço/contratos específicos;
- b) a efetiva necessidade poderá variar por Município, trecho e tipologia de intervenção; e
- c) a medição e o pagamento ocorrerão por quantidades efetivamente executadas, de acordo com os itens e unidades previstos nas planilhas e composições.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação, conforme orçamento elaborado pela Administração.

9.3.1. Para fins de registro na Ata de Registro de Preços, serão considerados aceitáveis os preços unitários ofertados que não ultrapassem os valores unitários máximos previstos nas planilhas de referência, bem como o valor global estimado resultante da composição dos itens a registrar, quando aplicável.

9.3.2. O licitante mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo disponibilizado pela Administração, para fins de avaliação de exequibilidade, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021 e do edital.

9.4. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será:

9.4.1. Valor global: compatível com o valor estimado da contratação por Item, por Ordem de Serviço ou por contrato específico), conforme orçamento da Administração, sem prejuízo da análise de exequibilidade.

9.4.2. Custos unitários relevantes: deverão observar, como limites máximos, os valores unitários constantes das planilhas orçamentárias referenciais da Administração, elaboradas com base no SINAPI e/ou SICRO (mês de referência indicado nos anexos), especialmente para os itens que compõem o núcleo técnico-econômico da solução, tais como (conforme aplicabilidade em cada Ordem de Serviço):

- a) serviços de terraplenagem/regularização do subleito;
- b) execução de sub-base e base;
- c) imprimação/pintura de ligação (quando aplicável);
- d) revestimento asfáltico (ex.: CBUQ ou solução equivalente prevista);
- e) fresagem e recomposição (quando aplicável);
- f) drenagem superficial e dispositivos associados (sarjetas, meios-fios, bueiros, descidas d'água, dissipadores, conforme projeto);
- g) sinalização horizontal e vertical (quando prevista);
- h) transporte/mobilização, quando houver item específico na planilha e conforme regras do edital.

9.4.3. Para fins de verificação de exequibilidade e controle, poderá ser exigida a apresentação de planilha de composição de custos e/ou memórias de cálculo dos itens relevantes, conforme edital, sem prejuízo de diligências.

9.5. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.5.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços (SINAPI/SICRO) anexa ao edital e/ou tabela de preços máximos constante do Termo de Referência e seus anexos, observando-se o mês de referência, a base de preços e as regras de atualização previstas no edital.

9.5.2. Para registro na Ata, somente serão aceitos itens com preços unitários iguais ou inferiores aos máximos admitidos e com composição compatível com as especificações técnicas e condições de execução estabelecidas no edital e neste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.6.1. Habilitação jurídica

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no

Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Não se aplica a exigência de ato específico de autorização administrativa para o exercício da atividade objeto desta contratação, uma vez que se trata de serviços comuns de engenharia, cuja execução depende, para fins de habilitação e regularidade, do registro ou inscrição da empresa e de seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e da Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010.

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.14.1. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital, Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando incompatíveis com o regime jurídico aplicável ao MEI.

9.22.1. Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31.1. Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1.1.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.33. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, em plena validade.

9.33.1.1.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.34. Comprovação de aptidão para execução de serviços comuns de engenharia compatíveis em características, quantidades e complexidade tecnológica e operacional com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados, quando exigível, de ART(s) e/ou CAT(s) vinculadas à execução e registradas no conselho profissional competente, na forma da legislação aplicável.

9.34.1.1.1. Para fins da comprovação de que trata este item, os atestados deverão referir-se à execução de serviços que envolvam, no mínimo, parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo, assim consideradas aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, conforme Curva ABC anexa, incluindo, conforme aplicável:

Descrição	Und	Quant.	Peso (%)
Base ou sub-base estabilizada granulometricamente com mistura solo brita (70% - 30%) em usina com material de jazida e brita comercial - 100% Proctor modificado	m³	25480	5,85
Tratamento superficial duplo com emulsão - brita comercial	m²	171500	5,47
Microrrevestimento a frio com emulsão modificada com polímero de 1,5 cm - faixa III - brita comercial	m²	196000	5,12
Execução de revestimento primário com material de jazida - 100% Proctor intermediário	m³	68250	4,27
Base de solo melhorado com 3% de cimento e mistura na pista com material de jazida - 100% Proctor modificado	m³	27720	4,15
Base ou sub-base de macadame hidráulico com brita comercial - 100% Proctor modificado	m³	10384	4,03
Concreto asfáltico - faixa C-12,5 - areia e brita comerciais	t	5090	4,00

9.34.1.1.2. A comprovação de capacitação técnico-operacional, mediante apresentação de certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de objeto similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, limitada às parcelas de maior relevância ou valor significativo (art. 67, inc. II, §§1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021);

9.34.1.1.3. Na hipótese de atividade não regulada por conselho profissional, a capacitação técnico-operacional referida neste item poderá ser demonstrada por certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente conforme modelo anexo a este Termo de Referência.

9.34.1.1.4. Será admitida a apresentação de atestados relativos a potencial subcontratado em relação à parcela do objeto cuja subcontratação tenha sido expressamente autorizada neste Termo de Referência, limitada a 30% (trinta por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado (art. 67, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

9.34.1.1.5. A licitante poderá apresentar 01 (um) atestado com todos os itens ou 01 (um) atestado para cada item requerido (isolado).

9.34.1.1.6. Não será admitida a somatória de atestados para fins de comprovação da quantidade mínima exigida neste Termo de Referência. O atestado apresentado deverá, individualmente, comprovar a execução do quantitativo total solicitado.

9.34.1.1.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.1.1.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.34.1.1.9. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34.1.1.10. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34.1.1.11. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9.34.1.1.12. A comprovação da prestação de serviços constantes de atestado de capacidade técnica, quando solicitada, deve ser feita mediante nota fiscal, e não por meio de recibo, compreendendo todo o período mencionado no atestado. Acórdão 519/2025-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER

Qualificação Técnico-Profissional

9.35. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s), acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT (quando aplicável) e das ART/RRT correspondentes:

9.35.1.1.1. Para o Engenheiro Civil: execução de obras/serviços de engenharia envolvendo, no mínimo, atividades de pavimentação asfáltica (incluindo capa asfáltica em CBUQ e/ou soluções equivalentes), compatíveis em natureza e complexidade com o objeto licitado.

9.35.1.1.2. Os atestados e os documentos de acervo técnico deverão guardar compatibilidade com o objeto, inclusive quanto ao tipo de intervenção (pavimentação, base/sub-base, drenagem, sinalização e correlatos) e ao porte/complexidade, vedada a exigência de características irrelevantes ou desproporcionais que restrinjam a competitividade.

9.35.1.1.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar efetivamente da execução do objeto, na condição de responsável(is) técnico(s), e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração, nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, com apresentação dos documentos comprobatórios correspondentes.

9.35.1.1.4. A comprovação de vínculo do(s) responsável(is) técnico(s) com a licitante dar-se-á por meio de documentação idônea, admitindo-se, conforme o caso, contrato social, CTPS, contrato de prestação de serviços ou outro instrumento legalmente aceito, sem prejuízo das exigências do conselho profissional quanto à responsabilização técnica.

9.35.1.1.5. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.35.1.1.6. Apresentação da relação de compromissos assumidos e pendentes de cumprimento pelo fornecedor, que importem em diminuição da disponibilidade dos profissionais indicados no item anterior, conforme modelo constante do Anexo correspondente deste Termo de Referência.

9.35.1.1.7. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35.2. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, considerado como valor máximo aceitável para fins de julgamento e contratação, é de R\$ 97.302.405,94 (Noventa e sete milhões, trezentos e dois mil, quatrocentos e cinco reais e noventa e quatro centavos), conforme custos unitários e quantitativos referenciais constantes das planilhas orçamentárias anexas a este Termo de Referência, elaboradas com base nos bancos oficiais SINAPI, SICRO e ORSE, conforme o caso.

10.2. Para fins do Sistema de Registro de Preços, os valores acima representam os limites máximos estimados para cada Item, servindo exclusivamente como parâmetro de aceitabilidade das propostas e de formalização dos contratos decorrentes, não gerando obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados.

10.3. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços ocorrerão por item e sob demanda, mediante celebração de contrato específico, com execução integral da obra correspondente, observados o cronograma físico-financeiro aprovado, a disponibilidade orçamentária do ente contratante e as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. APÊNDICES ANEXOS

13.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes apêndices anexos:

13.2. Apêndice I - Estudos Técnicos Preliminares

13.3. Apêndice II

1. Orçamento Sintético - Serviços e Equipamentos - Licitado

2. Insumos Disponibilizados

3. Orçamento Sintético - Orçamento Completo

4. Memorial de Cálculos

5. Curva ABC

- 6. Encargos
- 7. BDI
- 8. Composições de Custos Unitários
- 9. Cronograma Físico-Financeiro
- 13.4. Apêndice III - Memorial Descritivo
- 13.5. Apêndice IV - Matriz de Risco
- 13.6. Apêndice V - Termo de Justificativas Relevantes

Anderson Públio Azevedo Santana
Secretário Executivo CDS – Alto Sertão

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

HUGO JEFERSON SOARES SILVEIRA
Engenheiro Civil
CREA:3000054720

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

Aprovação da autoridade competente:

Warlei Oliveira de Souza
Presidente do CDS – Alto Sertão
Identificação e assinatura do responsável